

AGRIPINA MENOR: MUITO ALÉM DE SER APENAS A MÃE DE UM IMPERADOR

Isabela Pissinatti¹

RESUMO: Apresentar uma visão sobre o Império Romano que não considera o peso do papel político exercido pelas mulheres imperiais releva mais sobre o observador, do que sobre as fontes em si, pois em muitas fontes literárias a misoginia e até o temor da atuação das mulheres podem iludir àqueles que buscam enxergar apenas dominação, sem olhos para o protagonismo feminino. Agripina Menor é um exemplo das mulheres imperiais que demonstraram sua influência reconhecendo seu papel na legitimação do poder imperial e se envolvendo em redes e alianças para conquistar seus interesses. Nossa intenção é analisar o caso desta matrona que, enquanto detentora da *auctoritas* imperial, por ser descendente de Augusto, demonstrou seu poder de tal forma que chegou a colocar seu próprio filho na posição de imperador de Roma.

PALAVRAS-CHAVE: Agripina Menor, *auctoritas*, Roma.

AGRIPPINA THE YOUNGER: FAR BEYOND FROM BEING JUST THE MOTHER OF AN EMPEROR

ABSTRACT: Presenting a view of the Roman Empire that does not consider the weight of the political role played by imperial women is more relevant to the observer than to the sources themselves, because in many literary sources misogyny and even the fear of women's actions can elude those who seek to see only domination, with no eyes for female protagonism. Agrippina The Younger is an example of imperial women who demonstrated their influence by recognizing their role in legitimizing imperial power and engaging in networks and alliances to conquer their interests. Our intention is to analyze the case of this matron who, as the owner of the *auctoritas*, as a descendant of Augustus, demonstrated her power in such a way that she even put her own son in the position of emperor of Rome.

KEYWORDS: Agrippina The Younger, *auctoritas*, Rome.

Os estudos sobre os ideias de gênero no período do início da Roma imperial nos trazem uma questão paradoxal que é discutida por Kristina Milnor (2005): ao mesmo tempo em que a sociedade romana acreditava que as mulheres eram pertencentes à esfera doméstica, com base

¹ Mestranda em História Antiga pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista, sob a orientação da Profa. Dra. Natália Frazão José.

na proeminência social e política que certas mulheres das elites conquistaram durante as últimas décadas da República Romana, a cultura imperial inicial cedeu novos espaços para a feminilidade: as mulheres emergem no discurso público como benfeitoras, proprietárias, autoras e atrizes importantes no palco da História. Na época de Augusto, encontramos mulheres - longe de serem invisíveis e silenciosas- que assumiram papéis reais e importantes na esfera cívica.

Esses estudos nos deram uma visão das possibilidades reais e materiais que existiam para certas mulheres, particularmente as da casa imperial, para criar um lugar para si na cultura política romana.

Segundo Milnor (2005), Augusto acreditava que a família (principalmente a imperial) e a vida doméstica eram o centro ao torno do qual o resto da vida cívica seria construído. Consciente da importância de uma *domus* consolidada para manutenção e sucessão do poder, o *princeps* criou um projeto cuja intenção era transformar o que significava participar do funcionamento do estado romano e construir uma nova definição da *res publica*. Foi a partir desta redefinição da vida pública e privada que o mundo doméstico das mulheres poderia e deveria ser um espaço político, já que elas tinham um papel importante a desempenhar na nova visão da sociedade romana, representando o que o regime imperial tinha a oferecer: um retorno imaginário ao passado não problemático e virtuoso e uma nova forma de entender o que significava participar da vida pública romana. Sob o governo de Augusto surge uma nova linguagem usada para debater, delinear e defender o relacionamento considerado correto entre o lar e o fórum. De acordo com Milnor (2005), “O resultado foi uma preocupação primordial com a virtude feminina e suas localizações, uma discussão extremamente pública da esfera privada, um discurso que trouxe as mulheres à vista do público, ao mesmo tempo em que descrevia o quão pouco elas pertenciam ali” (p. 04).

Essa divisão [entre público e privado] é possível pelo menos em parte por conta dos diferentes campos semânticos dos dois termos: enquanto *privatus* é necessariamente uma palavra política, tendo significado apenas em contraste com a esfera pública, o doméstico é muito mais amplo e vem associado a um conjunto específico de valores que podem ser apresentados como um aspecto de uma identidade pública. O doméstico, portanto, funciona como um tipo de privacidade moralizada, um conceito cuja força reside em sua lealdade a verdades éticas supostamente transcendentais e apolíticas. Se uma das tarefas do novo governo imperial era encontrar um caminho para Roma - depois da guerra civil - se imaginar novamente como uma comunidade de valores compartilhados, a esfera doméstica oferecia um lugar incontestado para focar a atenção do público, lugar onde tradição, virtude e conforto nostálgico do lar podem ser invocados como base de um renovado senso de propósito nacional. (MILNOR, 2005, p. 27)

Milnor ainda destaca que as representações textuais do período de Augusto usam a feminilidade e os papéis femininos para tornar a “domesticidade” uma virtude imperial, inseparável das virtudes cívicas nas quais Augusto instaurou sua *auctoritas*. A associação íntima deste imperador com as mulheres de sua casa e o desempenho de papéis domésticos tradicionais auxiliaram na construção de uma imagem dele como um homem cuja lealdade ao lar e à família o impedia de esquecer seu papel de figura “privada”.

A construção de um novo Estado romano teve como base novos tipos particulares de discurso jurídico de gênero e histórias sobre leis, origens no passado distante de Roma e o programa de Augusto de legislação social, no qual, pela primeira vez na história romana, o adultério se tornou um crime e aqueles que se casaram e tiveram filhos foram recompensados.

No complexo que foi construído no Palatino no início dos anos 20 a.C. (um complexo que era, ao mesmo tempo, casa e fórum), tanto suas construções materiais quanto os resquícios textuais encontrados ali dão prioridade ao papel que as mulheres podiam desempenhar na desconstrução da dicotomia entre as esferas doméstica e cívica.

Do pórtico das Danaides, cujo programa escultórico representa casamento, assassinato conjugal e obediência filial como atos “políticos”, ao uso mais geral e difundido de gênero em quase todas as principais estruturas de Augusto, à exibição textual de virtude doméstica por Augusto na companhia das mulheres da casa imperial - todas conseguem atrair o sentido das mulheres como as melhores representantes do que poderíamos chamar de “domesticidade politizada”: a ideia de que certos relacionamentos podem transcender a divisão entre a vida pública e a privada. (MILNOR, 2005, p. 93)

Um dos principais objetivos do programa moral deste *princeps*, segundo diversos estudiosos desde Ronald Syme, era, como este último diz, “manter as mulheres em seu lugar” (SYME, 1939, p. 414). Thomas McGinn (1998) contribuiu com uma dimensão importante a essa descrição, percebendo as maneiras pelas quais as leis dependem e reforçam a existência de certas categorias de mulheres: as que merecem casamento e outras que não; as disponíveis sexualmente e aquelas que deveriam se manter recatadas. Isso pode ser percebido no caso da *lex Iulia de adulteriis*, que padroniza categorias como *materfamilias* e prostituta, um movimento crítico e inovador para o funcionamento da lei, pois era o status da mulher - e não do homem - que estipulava um ato sexual como adúltero.

As leis de Augusto sobre o adultério e a família, ao tirar a responsabilidade de criar e manter a família das mãos de homens individualmente - e, em vez de torná-la parte dos negócios do Estado - fazem uma declaração sobre a relação entre a vida doméstica e cívica, e como certas ações podem ser interpretadas superando os limites entre eles.

Na dinastia Júlio-Cláudia, as mulheres tiveram um papel essencial na transmissão e legitimação do poder ao longo de todo o período em que imperadores desta dinastia exerceram poder (31 a.C. a 68 d.C.).

Dentre os fatores que reforçaram a participação feminina na legitimação política, um deles foi a necessidade de gerar herdeiros homens. As esposas, filhas e mães de imperadores ficaram responsáveis por transmitir a legitimidade por meio de casamentos e da produção de filhos legítimos. Essa importância do papel feminino também se deve à transformação do regime republicano para o imperial².

De acordo com Mireille Corbier (1995), Augusto deu início a uma estruturação da *domus Caesarum*, o que resultou em uma nova unidade familiar, diferente, em vários aspectos, da estrutura tradicional patrilinear, baseada em uma linha agnática. A questão que levará à protagonista deste trabalho é o fato de que Augusto teve apenas uma filha, Júlia, por meio da qual todos os descendentes posteriores seriam forçados a seguir sua linhagem. Assim, enquanto *paterfamilias*, e com a autoridade de *princeps*, o imperador interferiu nas relações familiares dentro de sua *domus*, com o intuito de garantir herdeiros legítimos.

A partir de adoções, Augusto organizou casamentos importantes para a manutenção da dinastia Júlio-Cláudia: o casamento de sua neta Agripina Maior com seu neto adotivo Germânico e o casamento da neta de Livia, conhecida como Livilla ou Livia (Livia Julia ou Claudia), com Druso. Desta forma, Augusto conseguiu unir a *gens* Júlia e a *gens* Cláudia.

É importante destacar, porém, que, apesar da ausência de uma linha agnática, a genealogia da dinastia demonstra que o caráter essencial do patriarcado foi preservado, afinal os casamentos e adoções aconteciam para manter uma conexão com o patriarca e fundador da dinastia, Augusto. Assim, parecemos que nos principados de Tibério, Calígula, Cláudio e Nero, havia uma preocupação em manter e demonstrar esta ligação, que por diversas vezes era estabelecida através das mulheres. Comemorações e concessões de títulos eram realizadas a elas para demonstrar de forma mais clara e pública os vínculos delas com a *domus Caesarum*. De acordo com Susan Fischler:

Para garantir a sobrevivência de seu novo regime e a posição incomparável da família imperial dentro do Estado, Augusto precisava que o conceito de descendência dinástica fosse comumente aceito em Roma. As mulheres imperiais eram usadas para simbolizar a dinastia, uma imagem eficaz por causa de seus papéis principais como mães e consortes de imperadores: era,

² Sobre o papel e a influência das mulheres das elites imperiais da dinastia Júlio-Cláudia na produção de potenciais sucessores do império, ver: CORBIER, Mireille. *Male power and legitimacy through women: the domus Augusta under the Julio-Claudians*. In: HAWLEY, Richard and LEVICK, Barbara. *Women in Antiquity: New assessments*. London: Routledge, 1995, p. 178 -193; e RUTLAND, Linda W. *Women as makers of kings in Tacitus' Annals*. *The Classical World*, v.72, n.1, p.15-29, 1978.

afinal, sua progênie que seguiria os passos de Augusto (FISCHLER, 1994, p. 128-129).

As mulheres também passaram a serem celebradas em moedas, estátuas e monumentos e, assim como uma matrona tradicional, tinham por obrigação governar a sua casa. Entretanto, “a casa que governavam era também a casa responsável pelo bom funcionamento do Império. [...] A posição privilegiada destas mulheres junto do Imperador também lhes permitia exercer alguma influência sobre as suas decisões” (FRADE, 2007, p. 84). Fischler (1994) aponta que as imagens positivas das mulheres que compunham uma elite imperial originaram-se da necessidade de Augusto legitimar o novo regime político através de um conceito de descendência dinástica. Assim, elas foram fundamentais na consolidação dessa dinastia e, conseqüentemente, na construção de um ideal imperial dinástico, projeto iniciado por Augusto.

Entre as inúmeras formas de legitimação de seu Principado, Augusto utilizou-se exaustivamente da literatura, principalmente fundamentado em obras como a Eneida, de Virgílio, as quais eram capazes não só de legitimar sua posição como *princeps* de Roma, como também o poder de seus descendentes, de seus herdeiros. De acordo com Daniele de Oliveira da Silva (2014), essa transmissão de poder envolvia a criação de uma *domus* imperial, a *domus Caesarum*, que se tornaria uma *domus* divina e que seria uma das responsáveis pela propagação do poder imperial romano. Ou seja, nesse momento em que as estruturas do Principado romano estão sendo formuladas e estabelecidas, o fato de pertencer a *domus Caesarum* se constitui em uma maneira de se colocar na linha sucessória para o governo, em um modo de se legitimar perante a sociedade romana, a qual possui seu poder firmado nos requisitos do *mos maiorum*.

Milnor (2005) ainda destaca que outra vantagem de dar às mulheres uma tarefa tão importante quanto a garantia da legitimidade dos filhos para a sucessão do poder através do vínculo com Augusto, foi o fato de que muitas vezes apenas as filhas de uma determinada família sobreviviam para gerar seus próprios filhos. Este foi o caso dos filhos de Agripina Maior, pois, entre os filhos do sexo masculino, apenas Calígula teve uma filha, mas ela morreu ainda criança junto com ele. Entretanto, foi Agripina Menor, a filha mais velha dentre as meninas de Agripina Maior, que gerou um imperador. Deste modo, as mulheres Julio-Claudianas foram responsáveis por dar continuidade à casa de Augusto.

Agripina Menor se valeu de sua descendência e se tornou a esposa do imperador Cláudio quando este enfrentou o problema de ser o primeiro imperador a não estar diretamente relacionado com Augusto de forma alguma. Tácito faz o liberto Pallas defender o casamento

observando que Agripina, "uma mulher de fertilidade comprovada, ainda na flor da idade, não deve levar a glória dos césares para outra casa"³.

Segundo Laura Teixeira (2013), a escolha de Agripina Menor como esposa ocorreu, como cita Tácito, em virtude de sua fecundidade comprovada — por esta já possuir um filho — e origem nobre, visto que Cláudio não era juliano e, de acordo com Anthony Barrett (1996), a ausência do elo juliano daria espaço para a ameaça representada por certas famílias que se ressentiam de sua perda de poder.

Como Agripina tinha o sangue dos dois ramos da família imperial correndo em suas veias — ela era Juliana por parte de mãe, e Claudiana por parte de pai —, ela era a candidata perfeita e, de acordo com Barrett:

[...] cumpriria um papel importante na superação da divisão que atormentara a política quase desde o início do principado, uma fenda cujas origens residem no simples fato de que Augusto e Lúvia não haviam produzido filhos sobreviventes. O conflito entre as facções rivais da família imperial envenenou a atmosfera do reinado de Tibério e levou à destruição da mãe de Agripina e de dois de seus irmãos. Um casamento entre Cláudio e um membro de ambos os lados da família curaria muitas feridas antigas e reduziria consideravelmente a ameaça de um golpe. Agripina também traria consigo um neto de Germânico, um candidato intransponível para a sucessão. A última consideração é de grande significado. Um atraente e popular sucessor em espera reduziria o incentivo para substituir um regime impopular. Cláudio claramente se sentiu tão cercado que sua principal preocupação não era a usual da sucessão de seu filho natural, mas a garantia de que seu regime sobreviveria, mesmo que isso significasse que alguém de fora o seguiria como imperador (BARRETT, 1996, p. 96).

Logo, torna-se evidente que Cláudio, com o intuito de passar a pertencer a essa importante *domus* imperial, casa-se com Agripina Menor em 49 d.C. Faz-se necessário destacarmos que, desde os primórdios romanos, o casamento era utilizado como forma de estabelecimento de laços políticos, característica esta ainda presente nos anos imperiais. Desses laços criados pelo casamento entre Agripina e Cláudio, surge, por conseguinte, a adoção de Lúcio Domício Enobarbo — filho do primeiro casamento de Agripina — por Cláudio, o qual passará a ser nomeado Nero Cláudio César Druso Germânico. Inicia-se, assim, a parte Claudiana da Dinastia Júlio-Claudiana. Evidencia-se, dessa forma, que a linhagem dinástica é construída pelos laços com Agripina, a detentora da *auctoritas* imperial.

De acordo com Nuno Simões Rodrigues (2008), Agripina Menor parece ter adotado o apreço pela política e se revelou uma personagem significativa nesse âmbito. Barrett (1996) destaca que ela demonstrava ter muito orgulho de sua descendência juliana, uma descendência

³ (Tácito, *Ann.* 12. 2).

conquistada pela linhagem, e não através de adoções. Além disso, ela também pertencia à segunda grande casa que deu nome à primeira geração de Imperadores romanos, os Claudianos.

Para Barrett (1996), a chave principal da motivação de Agripina é o orgulho da família. De acordo com esse autor, foi em sua juventude que Agripina Menor aprendeu com sua mãe que ela tinha um lugar de destaque como filha de Germânico e Agripina Maior, a última neta viva de Augusto.

Com relação à atuação das mulheres dentro do jogo político, Tácito, em sua narrativa dos Anais, apresenta conflitos envolvendo a obtenção e garantia do poder, nos quais as mulheres surgem ocupando papéis essenciais. Apesar de as intrigas envolverem agentes diversos, nos Anais elas aparecem relacionadas essencialmente ao meio feminino, pois, como as mulheres eram desprovidas de legitimidade política, só podiam interferir nas disputas pelo poder por meio de intrigas. As mães, por exemplo, competiam pela sucessão imperial pelos filhos e, enquanto rivais, participavam de tramas para eliminação ou em benefício de um possível sucessor.

Agripina Menor provou sua habilidade dentro do jogo político ao colocar seu filho no poder e, mais do que isso, demonstrar sua proeminência na propaganda de Nero, que enaltecia a mãe também com a intenção de destacar o fato de que ele era um parente consanguíneo do divino Augusto.

Milnor aponta que a sucessão de Nero é a prova do mérito do papel das mulheres no governo julio-cláudio. Foi, pelo menos de forma parcial, que a relação biológica de Agripina com a *gens* juliana, a fez ser escolhida como esposa de Cláudio, e tornar Nero atraente como filho adotivo e herdeiro. Cláudio já tinha um filho biológico do seu casamento anterior, porém Nero rapidamente se tornou seu sucessor designado.

Em parte, isso pode ter ocorrido porque Nero era três anos mais velho que seu meio-irmão, e o imperador de 59 anos e seus conselheiros estavam preocupados em garantir a sucessão com um herdeiro mais próximo da idade adulta. Por outro lado, como aparentemente foi observado na época, a adoção pode ter sido uma tradição imperial, mas não entre o patrício Claudii, que havia sido capaz de traçar uma linha contínua de sucessão biológica até Attus Clausus⁴. O eclipse de Britânico foi, portanto, visto por muitos como vergonhoso e infeliz, pois se tornou cada vez mais evidente que era mais significativo ser filho de Agripina do que de Cláudio. (MILNOR, 2005, p. 293)

⁴ Considerado um dos fundadores da *gens* Claudia e cônsul em 495 a.C. – Dictionary of Greek and Roman Biography and Mythology, vol I, p. 765.

Mesmo antes da morte de Cláudio, a descendência materna de Nero era celebrada e, em uma versão particularmente notável da propaganda imperial, nos relevos esculpidos que decoram o Sebasteion de Aphrodisias, na Caria, na costa sudoeste da Ásia Menor, Agripina é claramente representada como a agente da aquisição do poder imperial de seu filho. Ela é mostrada coroando Nero com uma coroa de louros, interpretada por R.R.R Smith (1987) como uma referência à sua adesão ao Principado, como se fosse uma versão visual da afirmação atribuída a Agripina na tradição histórica posterior: "Fui eu quem o fez [Nero] imperador" (Dión, 61. 7. 3).



Fig.1 Relevo de mármore de Agripina segurando uma cornucópia e coroando Nero. Sebasteion de Aphrodisias, na Caria, na costa sudoeste da Ásia Menor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

CASSIUS DIO. *Roman History 53.1 – 55.9*. Introduction, notes and english translation by J. W. Rich. London: Aris & Phillips, 1990.

TÁCITO. *Anais*. Trad. J.L. Freire de Carvalho. São Paulo: W.M. Jackson Inc. Editores. Vol. I, II, III, IV, V e VI, 1952.

TACITUS. *The Annals*. Translated by Jackson, J. London: Loeb Classical Library, 1931. v. III-V.

Bibliografia Crítica

BARRETT, Anthony A. *Agrippina: Sex, Power, and Politics in the Early Empire*. Yale University Press, 1996.

BLOK, Josine. *Sexual Asymmetry: A Historiographical Essay*. In BLOK, Josine; MASON, P., *Sexual Assymetry: Studies in Ancient Society* (Amsterdam: J. C. Gieben), 1987.

FISCHLER, Susan. *Social Stereotypes and Historical Analysis: The Case of the Imperial Women at Rome*. In: ARCHER, Léonie; FISCHLER, Susan and WYKE, Maria (ed.). *Women in ancient societies: an illusion of the night*. New York: Routledge, 1994.

FRADE, Mafalda Maria Leal de Oliveira e Silva. *Práticas, Valores e Crenças da Corte Imperial Romana*. Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Literatura (Literatura Latina), realizada sob a orientação científica do Professor Doutor João Manuel Nunes Torrão. Aveiro, 2007.

McGINN, Thomas. A. J. *Prostitution, Sexuality, and the Law in Ancient Rome*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1998.

MILNOR, Kristina. *Gender, Domesticity, and the Age of Augustus: Inventing Private Life*.

RODRIGUES, Nuno Simões. *Agripina e as outras. Redes femininas de poder nas cortes de Calígula, Cláudio e Nero*. Universidade de Lisboa, *Revista Gerión* 26, núm 1, 2008.

SILVA, Daniele de Oliveira da. *As representações de Livia Drusila sob o olhar de Tácito e Suetônio*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2014.

SMITHE, R. R. R. *The Imperial Reliefs from the Sebasteion at Aphrodisias*. *JRS* 77: 88–138, 1987.

SYME, Ronald. *The Roman Revolution*. Oxford: Clarendon Press, 1939.

TEIXEIRA, Laura Leonor Firmiano. *Livia e Agripina Menor: A presença feminina no jogo político*. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da

Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação da Profa. Dra. Maria Luiza Corassin. 2013.